

CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE A PACIENTES LGBTQIA+ NO BRASIL: uma revisão integrativa de literatura[□]

NURSING CARE CONDITIONS IN PRIMARY HEALTH CARE FOR LGBTQIA PATIENTS IN BRAZIL: an integrative literature review

Amanda Vitória Silva Sales**

Maiara de Aguiar Silva**

Orientador: Walkiria Jessica Araújo Silveira***

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO – IESF

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre a realidade e perspectivas na prestação de serviços públicos de saúde à pacientes LGBTQIA+ no contexto brasileiro, cujo objetivo geral consistiu em fazer uma análise sobre as condições de atendimento e assistência básica de saúde a estes pacientes, e de maneira acessória visou identificar os principais desafios encontrados pela população LGBTQIA+ na busca por atendimento de saúde, bem como compreender a importância da atuação do profissional de Enfermagem no âmbito dessa assistência. Para isso, a metodologia adotada se fundamentou em uma pesquisa bibliográfica sistemática, na forma de revisão integrativa, a partir de consulta em artigos científicos levantados nas bases de dados LILACS, *Scielo*, documentos jurídicos, periódicos, caracterizando-se, portanto, como uma pesquisa de natureza qualitativa e com abordagem descritiva. Verificou-se que os principais problemas e desafios encontrados pela população LGBTQIA+ ao buscarem atendimento e acolhimento de saúde, referem-se ao preconceito, discriminação, patologização da transexualidade, estigmatização, associação do homossexualismo ao vírus HIV/AIDS e à prostituição. Conclui-se que estes fatores potencializam e dificultam o acesso desta população aos serviços de saúde.

Palavras-chave: Pacientes LGBTQIA+. Atendimento de enfermagem. Atenção básica de saúde.

ABSTRACT

This research is about the reality and perspectives in the provision of public health services to LGBTQIA+ patients in the Brazilian context, whose general objective was to carry out an analysis of the conditions of care and basic health care for these patients, and in an ancillary way aimed to identify the main challenges faced by the LGBTQIA+ population in the search for health care, as well as understanding the importance of the role of the nursing professional in this care. For this, the adopted methodology was based on a systematic bibliographic research, in the form of an integrative review, based on consultation in scientific articles collected in the LILACS, Scielo, legal documents, and journal databases, thus characterizing as a research qualitative in nature and with a descriptive approach. It was found that the main problems and challenges faced by the LGBTQIA+ population when seeking health care and reception refer to prejudice, discrimination, pathologization of transsexuality, stigmatization, association of homosexuality with the HIV/AIDS virus and prostitution. It is concluded that these factors enhance and hinder the access of this population to health services.

Keywords: LGBTQIA+ patients. Nursing care. Basic health care.

* Artigo apresentado ao Curso de Enfermagem do Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF, para obtenção do grau de bacharel em Enfermagem.

** Graduandas do 10º período do Curso de Enfermagem do Instituto de Ensino Superior Franciscano - IESF. Email: amandavitoriasalles19@gmail.com; mariamaiaraaguiar@gmail.com.

*** Docente do Curso de Enfermagem do Instituto de Ensino Superior Franciscano Especialista em Saúde da Família e Vigilância em Saúde. E-mail: walkiriaj@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O art. 3º, da Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988 lista um rol de objetivos fundamentais que devem ser garantidos pela República Federativa do Brasil, dentre os quais se destaca o de promover o bem de todos os indivíduos, sem discriminação de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outro tipo de preconceito. Em consonância, o art. 5º, XLI, CF/88 informa que todas as pessoas sem distinção, são iguais perante lei (BRASIL, 1988).

O direito à saúde encontra-se garantido no texto constitucional, logo, é um dever do Estado para com todos os cidadãos, mas ainda existe uma grande discriminação no que tange à orientação sexual e à identidade de gênero do movimento homossexual representado por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e queer e atualmente identificados pela sigla LGBTQIA+ (BRASIL, 2011; SILVA *et al.*, 2018).

Na seara jurídica brasileira, existe alguns avanços em relação à promoção da saúde da população LGBTQIA+, trata-se da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que foi instituída pelo Ministério da Saúde no ano de 2013, que visa alcançar a igualdade de direitos de saúde dos LGBTQIA+ no Sistema único de Saúde (SUS), reconhecendo as vulnerabilidades dessa população que são alvos de discriminação e que se encontram à margem do atendimento de saúde e doença (BRASIL, 2013).

A discriminação contra os LGBTQIA+ implica na determinação social da saúde, processo de sofrimento, adoecimento e violência; esta população é vítima do preconceito e estigmatização no meio social (BRASIL, 2011; DA SILVA *et al.*, 2018). O referido cenário reflete as dinâmicas da exclusão social que perpassaram a sociedade ao longo dos anos e concorreram para que os homossexuais fossem colocados no limiar de direitos básicos de saúde, educação, profissionalização, dentre outros fatores (SILVA *et al.*, 2017).

A dinâmica de exclusão dos LGBTQIA+ condiciona o direito de democracia, de participação social, os movimentos sociais e sobretudo, de saúde deste movimento à margem das prioridades do Governo Federal, e esse cenário contribuiu significativamente para pronunciamentos políticos homofóbicos e firmados no ódio e na intolerância, resultando na exclusão, violência, desigualdade e opressão dos homossexuais (CRP, 2018).

A partir de uma pesquisa realizada entre os anos de 2015 a 2017, com base nos dados fornecidos pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação, foram registradas 24.564 mil notificações de assassinatos contra a população LGBTQIA+ no referido período, o que significa dizer que a cada 23 (vinte e três) horas, matam-se um homossexual, colocando assim o Brasil como o país que mais mata pessoas desta população (SINAN/MS, 2020).

A respeito dos discursos de intolerância, destacam-se a argumentação do Ministro da Educação, Milton Ribeiro em entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo, no dia 24 de setembro de 2020, onde o mesmo concebeu o homossexualismo como resultado de desajustes familiares (G1, 2020 *apud* MILTON RIBEIRO, 2020), ou ainda, atribuindo-se aos homossexuais a condição de enfermos, quando em tempos passados estes encaminhados a manicômios (LOPES, 2021).

Segundo afirma Pelizza (2021), preconceito é produto da homofobia social e cultural, cuja ideologia se sustenta a partir da crença de que a homossexualidade representa uma ameaça para a estrutura patriarcal, e se manifesta principalmente contra homens gays com comportamentos afeminados, sendo considerados portanto, como uma classe inferior na escala social; existe ainda a homofobia institucionalizada que considera que todas as pessoas são heterossexuais, com o intuito de reafirmar a invisibilidade da população LGBTQIA+.

Todas as subclassificações que foram atribuídas aos homossexuais, que ora eram considerados como doentes e culpados pela disseminação da Aids, ora como indivíduos inferiores ou ainda como produtos de uma criação familiar irregular, trouxe à tona o levante do então movimento LGBT que passou a reivindicar os seus direitos de saúde na esfera política e em decorrência dessa mobilização, o Ministério da Saúde instituiu o Comitê Técnico de Saúde da População LGBT no ano de 2004, para elaborar uma política específica para o Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2013).

No ano de 2007, durante a 13ª Conferência Nacional de Saúde, deliberaram-se sobre os desafios para a efetivação do direito humano à saúde no século XXI, englobando o Estado, a sociedade e os padrões de desenvolvimento e dentre as diretrizes norteadoras, destacam-se a garantia do acesso de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis aos serviços de saúde nas três esferas de governo, de maneira igualitária, respeitosa, de qualidade e sem discriminação das pessoas soropositivo ao HIV e às doenças sexualmente transmissíveis (BRASIL, 2008).

Além desta, a sensibilização dos profissionais da área de saúde sobre os direitos dos homossexuais, bem como a implantação de grupos de promoção à saúde da população LGBT, a qualificação permanentemente destes profissionais no âmbito da abordagem e assistência a profissionais do sexo e criação de normas e protocolos de atendimento específicos para as lésbicas e travestis (BRASIL, 2008).

A atuação do enfermeiro como profissional de saúde é de extrema importância, sendo este o primeiro contato que o paciente tem ao buscar os serviços de saúde e que nesse momento esse profissional precisará dar respostas que auxiliem os pacientes a tomarem decisões conforme os seus problemas, a partir de acolhimento, palestras de prevenções, dentre outros tipos de serviços, é necessário que o mesmo atualize constantemente os seus conhecimentos, como por exemplo, aplicando os protocolos de suporte básico, com o intuito de desenvolver autonomia em vista da avaliação, diagnóstico de enfermagem e a realização adequada dos procedimentos com foco nas necessidades de saúde dos pacientes (MORAES; PAIVA, 2017; MELO *et al.*, 2018).

Em vista disso e considerando a relevância da atuação do profissional de enfermagem na assistência básica de saúde, constitui-se como objetivo geral desta pesquisa, descrever sobre as condições de atendimento de enfermagem a pacientes LGBTQIA+ no Brasil e de maneira acessória visou-se identificar os principais desafios encontrados por esses pacientes na busca por atendimento nas unidades básicas de saúde.

2 METODOLOGIA

O presente artigo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica sistemática, na forma de revisão integrativa, trata-se de uma pesquisa baseada em estudos científicos a respeito da temática sobre as condições de atendimento de enfermagem na atenção básica de saúde de pacientes LGBTQIA+ no Brasil, cujas bases de dados utilizadas foram: Literatura Latino - Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Banco de Dados em Enfermagem (BDENF), além de pesquisas junto a documentos jurídicos (leis, resoluções, manuais, políticas dentre outros).

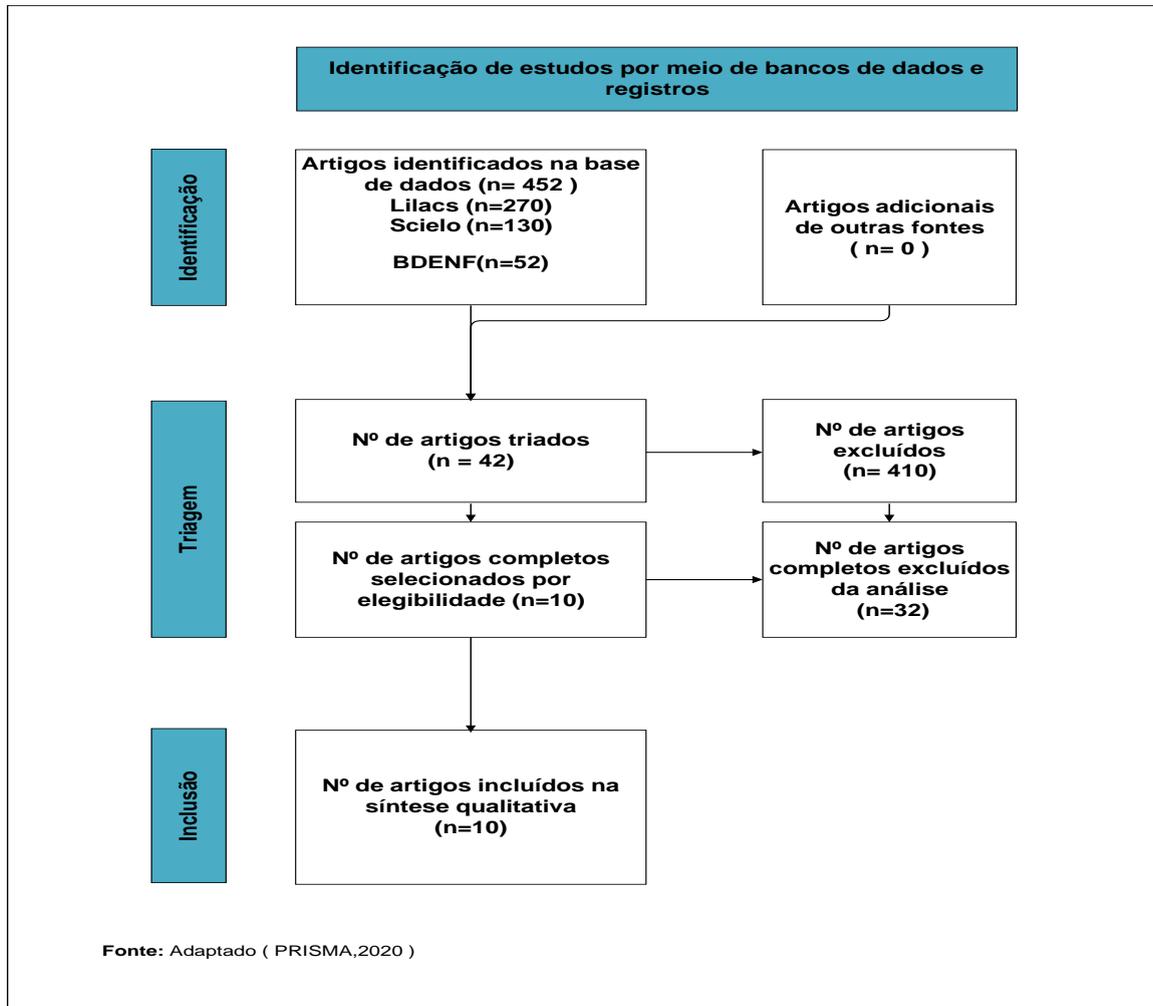
A revisão integrativa se baseia na reunião e sintetização de estudos que já foram publicados, por meio de diferentes abordagens metodológicas, com o intuito de aprimorar o conhecimento sobre determinado assunto (SOARES *et al.*, 2014). Por ser do gênero sistemático, a revisão se baseia em critérios que foram aplicados de modo uniforme, criterioso, reproduzível, quantitativo e geralmente fundamentada em resultados de pesquisas clínicas; a revisão integrativa pode ser aplicada em pesquisas que foram realizadas em outras áreas, assim como na área da saúde, o que possibilita ao pesquisador se aproximar do problema que deseja investigar, elaborar um panorama da sua produção científica e visualizar as possibilidades de pesquisa (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Os critérios de inclusão referentes aos artigos selecionados como resultados da pesquisa e para fins de análise e discussão dos mesmos, levaram em consideração os artigos encontrados na íntegra, escritos no idioma português e que foram publicados entre os anos de 2017 a 2021, cujos descritores utilizados a partir do operador booleano AND foram: condições de atendimento e atendimento de enfermagem. Excluíram-se os estudos que não apresentavam conexão com a temática.

Foram encontrados o total de 452 artigos, sendo 270 na base *Lilacs*, 130 no *Scielo* e 52 na BDEF. Após a aplicação dos critérios de exclusão, 410 artigos foram excluídos por não atenderem ao objetivo desta pesquisa e 42 estudos foram incluídos por se mostrarem relevantes para a leitura na íntegra, com o intuito de dar maior garantia de confiabilidade e validação dos estudos que foram selecionados para a análise desta revisão.

Após isso, realizou-se a leitura na íntegra de 42 artigos científicos, onde foi identificado que 32 artigos que não respondiam ao objetivo desta pesquisa. Desta forma, após todas as etapas supramencionadas, a amostra final para fins de análise e discussão dos resultados foi composta por 10 artigos que atenderam à questão norteadora, bem como os critérios de inclusão desta revisão. O processo de busca e seleção dos artigos foi estruturado conforme as recomendações do método PRISMA, demonstrado na Figura 1 que corresponde ao fluxograma do processo de identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos estudos selecionados.

Figura 1 – Fluxograma do processo de identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos estudos. São Luís, MA, Brasil, 2021.



Fonte: Adaptado (PRISMA, 2021).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo especifica de maneira sintética os resultados dos estudos que foram selecionados para fins de análise e discussão. Os artigos escolhidos possuem estreita ligação com a temática e com os objetivos propostos, respeitando-se os critérios de inclusão e de exclusão referente ao ano de publicação dos mesmos, ou seja, considerando os publicados entre os anos de 2017 a 2021.

Ressaltam-se que para fins de discussão, utilizaram-se ainda as seguintes bases jurídicas: Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2013) e, Cartilha Cuidar Bem da Saúde de Cada Um (2016), com o intuito de validar e ampliar a discussão em vista dos resultados dos estudos que foram escolhidos para compor o Quadro 1.

Os dados que compõem o Quadro 1, foram limitados às informações necessárias em vista dos objetivos desta pesquisa, seguindo da transcrição dos

estudos selecionados a partir do desenvolvimento de um texto discursivo, onde foi destacado a autoria e o ano de publicação, título, objetivo da pesquisa e os principais resultados.

Quadro 1. Estudos que constituem o *corpus* da revisão integrativa. MA, Brasil, 2021.

Nº	Autor e Ano	Título	Objetivo	Principais resultados
01	PRADO <i>et al.</i> , (2017).	Políticas públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa.	Compreender o que tem sido produzido na literatura científica após a publicação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, compreendendo o período de 2011 a 2016	Não foram identificados artigos que revelem avanços na atenção à saúde da população LGBT.
02	PAULINO; RASERA; TEIXEIRA (2019)	Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família	Identificar os discursos sobre o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família.	Os discursos da não diferença, do não saber e do não querer potencializam o silenciamento sobre as condições de saúde da população LGBT.
03	CAMPOS <i>et al.</i> , (2020)	Relação Médico Paciente: os desafios na inclusão de pessoas transgêneros e transexuais no SUS	Suscitar reflexão e compreender as dificuldades enfrentadas por pessoas transgêneros e transexuais, população marginalizada e estigmatizada que sofre desde sua infância com a violência simbólica e física acarretando uma vulnerabilidade social e psicológica no sistema único de saúde (SUS).	Dificuldade no tratamento de maneira adequada; anamnese deficitária.
04	SILVA <i>et al.</i> , (2020)	Vivência sobre o acesso ao serviço de saúde pública da população transexual	Conhecer o significado da vivência sobre o acesso ao serviço de saúde pública da população transexual.	Problemas no convênio, hormônios e consultas de rotina; dificuldade de acesso ao SUS; profissional desrespeita o uso do nome social.
05	CARVALHO <i>et al.</i> , (2020)	Assistência prestada em serviços de saúde à população LGBTQIA+	Analisar as produções científicas sobre a assistência em serviços de saúde à população LGBTQIA+	Estigmatização dos pacientes LGBT; preconceito dos profissionais de saúde; dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

06	BORGES; PASSOS, (2021)	A importância do atendimento humanizado da equipe de enfermagem no cuidado de pacientes trans	Relatar os benefícios do atendimento humanizado da equipe de enfermagem às pessoas trans nos serviços de saúde.	Discriminações da equipe de enfermagem a pacientes trans.
07	MORAES (2021)	Entraves, impasses e dilemas no atendimento a uma mulher trans em tempos de COVID-19: relato de caso	Relatar a o cuidado ofertado a uma mulher transexual com suspeita de COVID-19.	Paciente hostil com a equipe de Enfermagem; não atendia as solicitações dos profissionais.
08	GOMES <i>et al.</i> , (2021)	Desafios éticos nas relações entre enfermeiro e transexuais na Atenção Primária de Saúde	Identificar e discutir os possíveis fatores que dificultam ou fragilizam as relações entre o enfermeiro e o usuário transexual na Atenção Primária de Saúde, com foco direcionado à conduta ética e humanizada.	Estigma e preconceito, interferindo na autorrealização do usuário transexual; aumento de vulnerabilidades e não reconhecimento.
09	GOMES <i>et al.</i> , (2021)	Homens transexuais e o acesso aos serviços de saúde: revisão integrativa	Identificar e analisar a produção científica nacional sobre o acesso aos serviços de saúde de homens transexuais e o papel da enfermagem durante o atendimento a essa população.	Discriminação no uso do nome social; patologização da transexualidade; despreparo do profissional de saúde.
10	SILVA <i>et al.</i> , (2021)	Produção do cuidado de enfermagem à população LGBTQIA+ na atenção primária	Descrever a produção do cuidado em Enfermagem à saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Pessoas Trans Queers Intersexos, Assexuais e outras identidades sexuais e de gênero, a partir das reflexões acerca do trabalho da enfermeira.	Fragilidades no reconhecimento desta população no território de atuação e das vulnerabilidades e necessidades de saúde.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Destaca-se que 70% dos artigos estudados consistem em uma revisão de literatura e 30% destes foram na forma de revisão integrativa.

3.1 Problemas, desafios e condições de atendimento de saúde pública a pacientes LGBTQIA+

Campos *et al.*, (2020) realizaram um estudo sobre a relação médico-paciente cujo objetivo consistiu em suscitar a reflexão para compreender quais são as dificuldades enfrentadas pelos transgêneros e transexuais quanto à vulnerabilidade social e psicológica ao solicitar os serviços prestados pelo SUS, onde concluíram que a grande maioria dos artigos que abordavam sobre a atenção médica e o paciente homossexual, mas especificamente o transexual, versam sobre as patologias que culturalmente são caracterizadas como inerentes do universo da prostituição, como por exemplo, as infecções sexualmente transmissíveis que estigmatizou a população LGBTQIA+ no decorrer dos anos.

Um estudo de caso realizado por Moraes *et al.*, (2021) sobre a história de uma mulher trans brasileira, moradora de rua e soropositivo, evidencia os entraves, impasses e dilemas que foram observados pelos profissionais da saúde durante a internação dessa mulher em um hospital público na cidade de São Paulo no ano de 2020, onde se observou a hostilidade dessa paciente com a equipe de enfermagem e não aceitava fazer os exames necessários, atendendo assim às solicitações dos enfermeiros e dos médicos e esse comportamento fez com que estes profissionais desconfiassem que essa paciente tivesse algum tipo de problema de saúde psíquico, todavia o relato de vida dessa paciente consistia em situação de abandono tanto familiar quanto amoroso, o que a levou para o mundo da prostituição e das drogas.

Soares *et al.*, (2017) enfatizam que existe de fato uma associação da infecção do vírus a grupos específicos, como: profissionais do sexo, usuários de drogas, homossexuais e transexuais e pessoas em situação de rua, devido às altas taxas de contaminação que chega a 32%, conforme mostram as pesquisas, e por isso a constância da conexão que fazem entre as infecções transmissíveis com os LGBTQIA+, reafirmando a estigmatização desse grupo.

A questão da prostituição no mundo LGBTQIA+ é discutida por Santana e Volpato (2015) como um fator que decorre da negação dos direitos dos LGBTQIA+, fazendo com que os mesmos busquem refúgio nos espaços que são relegados à abjeção e à rejeição de seus corpos e estilos de vida, contribuindo para que os mesmos sejam inseridos no mundo da prostituição. Sobre essa interconexão, Mombaça (2017) conclui que tais fatores refletem a continuidade de um sistema de submissão e controle.

Outra questão relevante levantada por Campos *et al.*, (2020) em relação ao atendimento médico versus pacientes LGBTQIA+, diz respeito à dificuldade que o

primeiro encontra em atender estes pacientes de maneira adequada, ao ponto de deixá-los confortáveis durante o atendimento clínico, a começar pelo procedimento de anamnese que geralmente é realizado da maneira errada, implicando na apropriação incorreta dos hiatos que designam o pronome de tratamento do paciente.

Silva *et al.*, (2020), após realizarem uma pesquisa junto a transexuais para conhecer o significado da vivência destes no que tange ao acesso ao serviço de saúde pública, onde concluíram, com base no depoimento dos mesmos, que a falta de preparo do médico durante o atendimento a esse público é um dos principais problemas quando precisam acessar os serviços de saúde no que tange à busca de remédios, hormônios, consultas de rotina e do tratamento da sua transexualidade na perspectiva de doença. Os referidos autores consideram que essa questão é devida, sobretudo, à falta de informação e de treinamento do médico sobre as especificidades do transexual.

No que tange à falta de informação e de treinamento médico para lidar com as especificidades do universo trans, Hanauer e Hemmi (2019) compreender que os indivíduos são singulares em questão de demandas em saúde, e desta forma é necessário compreender que a resignação sexual pode solucionar diversos problemas existentes na vida do transexual, refletem estes autores que problema é devido ao padrão social que é imposto culturalmente, no qual recusa e discrimina tudo e todos aqueles que são diferentes, o que significa dizer que a transexualidade ainda é uma condição não observada por parte dos profissionais de saúde e gestores da Rede de Atenção à Saúde.

Estudo realizado por Paulino, Rasera e Teixeira (2019), que visou identificar os discursos sobre o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) entre médicos da Estratégia Saúde da Família, por meio de uma entrevista junto a estes profissionais da saúde, onde percebeu que ao longo da entrevista, que quando se questionava acerca do atendimento e das situações que envolvia a população LGBT, o termo “Não” era recorrente nas respostas destes profissionais e devido a esse fator os referidos autores estruturam a sua análise com base no “Discursos do Não Saber”, chegando à conclusão de que a falta de qualidade na atenção à saúde desta população sob a ótica dos entrevistados devia-se ao fato dos mesmos não saber a importância de um tratamento diferenciado para este segmento.

Em relação à apropriação incorreta dos hiatos, Silva *et al.*, (2017) esclarecem que o médico precisa ter consciência que o seu fazer profissional tem que estar livre de julgamentos de cunho preconceituoso, e pronto para contribuir com a efetivação dos direitos da população LGBTQIA+ como minoria digna de respeito e no que tange ao nome social, essa questão precisa ser concebida na dimensão de direito de usufruto. Ao passo que quando o médico se dirige ao paciente transexual identificando-o a partir do seu nome social, contribui de maneira positiva para um melhor acolhimento e integração destes indivíduos (SANTOS; RAMOS; SILVA, 2019).

Nesse contexto, é relevante destacar a Cartilha Cuidar Bem da Saúde de Cada Um, elaborada pelo Ministério da Saúde em 2016, que trata sobre a atenção integral à saúde da população trans, onde faz menção à necessidade de se identificar e compreender o conceito de transgênero, haja vista que este está ligado à identidade e expressão que é diferente do sexo de nascimento do indivíduo (BRASIL, 2016). Para Belisário e Moura (2019), esse problema se dá devido a muitas pessoas ainda confundirem a diferença entre sexo e gênero, haja vista que gênero representa a função social que os indivíduos assumem.

O estudo de Carvalho *et al.*, (2020) realizado na cidade de Teresina/PI, tratou sobre as produções científicas de assistência em saúde voltada para a população LGBTQIA+, que após coleta de dados de cunho investigativo, concluiu-se que a assistência de saúde à população LGBTQIA+ é permeada por estigmas por parte dos profissionais responsáveis por prover a saúde, o que potencializa a dificuldade de acesso desta população aos serviços de saúde.

A discriminação e a estigmatização da população LGBTQIA+ também foi abordada em momento anterior no capítulo da introdução deste trabalho, pelos autores Silva *et al.*, (2018), que afirmaram que tais fatores implicam diretamente na determinação social da saúde dos homossexuais.

Silva *et al.*, (2017) ratificam a concepção dos referidos autores e complementam que esse contexto é produto das dinâmicas de exclusão social que perpassaram e ainda perpassam a sociedade ao longo dos anos. Nesse contexto, a discriminação é reconhecida na Política Nacional de Saúde Integral LGBT, desenvolvida pelo Ministério da Saúde, como um fator que potencializa o adoecimento e o sofrimento psíquico da população LGBT (BRASIL, 2013).

Tendo em vista que existe o reconhecimento no âmbito do texto da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, de que a discriminação é um fator que afeta a

saúde, o psicológico e o psíquico da população LGBTQIA+, é oportuno destacar o estudo feito por Prado e Sousa (2017), cuja análise foi realizada a partir da busca em artigos científicos sobre a natureza das publicações dos mesmos nos últimos cinco anos após a publicação da referida Política em favor desta população, objetivando verificar o que se tem produzido na literatura sobre as diretrizes desta política para os LGBTQIA+, e o resultado dessa investigação permitiu que os autores supracitados concluíssem que os artigos acadêmicos que foram analisados não revelavam avanços na atenção à saúde da população LGBT.

O que se observa é que embora exista a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de 2013, visando à equidade dos direitos da população LGBTQIA+ junto ao SUS, mas para que a sua operacionalização alcance de fato as demandas desta população, é necessário a conscientização de todos os agentes sociais no combate ao preconceito sexual dos LGBTQIA+, juntamente com a vontade política no sentido de fazer valer as diretrizes da referida política.

3.2 Condições de atendimento de enfermagem a pacientes LGBTQIA+

Borges e Passos (2021) trataram em sua pesquisa sobre a importância do atendimento humanizado da equipe de enfermagem no cuidado de pacientes trans, com intuito de relatar os benefícios desse tipo de atendimento para essa população, onde obtiveram como principal resultado que os pacientes trans sofriam diversos tipos de discriminações, humilhações e maus-tratos, ao buscarem os serviços de saúde junto à equipe de enfermagem, e ainda que tenham conhecimento sobre o seu direito enquanto trans junto ao SUS, mas muitos destes preferem buscar os serviços privados. Este autor considera que falta à Enfermagem aprimorar os seus conhecimentos e habilidades voltadas especificamente para o atendimento de saúde de pessoas trans.

Outro aspecto destacado no estudo de Silva *et al.*, (2020), diz respeito à importância do vínculo do profissional de enfermagem com os pacientes trans, uma vez que esses profissionais representam a porta de entrada para o atendimento desses pacientes, e durante a pesquisa dos autores supramencionas junto a estes pacientes, ficou evidente que esses últimos tem esperanças de que os enfermeiros deixem de ver a transexualidade sob o prisma patológico, que sejam reconhecidos

pelo nome social e que atualizem os seus conhecimentos e práticas de enfermagem para atendê-los de maneira adequada.

O estudo realizado por Silva *et al.*, (2020), também encontrou resultado semelhante sobre a dificuldade que o profissional de saúde, sobretudo o enfermeiro, tem em respeitar o uso do nome social. A pesquisa dos referidos autores foi desenvolvida em uma cidade do interior do Estado de São Paulo, a partir da aplicação de uma entrevista junto a 14 (catorze) transexuais, todos possuíam idade maior ou igual a 18 anos e mantendo-se o anonimato de todos. A entrevista visou saber sobre a experiência desses entrevistados ao buscarem os serviços de saúde pública.

Ainda sobre o resultado dos autores supracitados, na perspectiva dos entrevistados a falta de respeito dos enfermeiros é lamentável, haja que o primeiro contato interpessoal que eles têm ao procurar uma unidade básica de saúde é com o enfermeiro (a), logo, essa relação deveria ser cordial, daí a importância de um vínculo respeitoso e agradável, todavia, pode-se inferir que essa situação destacada pode ser também devida à falta de atualização dos conhecimentos dos protocolos de acolhida voltados especificamente para a transexualidade, ou ainda decorrentes de outros determinantes, como por exemplo: religião, preconceito, discriminação, estigmatização, ou outro julgamento de cunho pessoal a respeito desse público.

A investigação de Gomes *et al.*, (2021) sobre os desafios que dificultam ou fragilizam as relações entre o enfermeiro e o transexual na atenção primária de saúde, evidenciaram que os principais fatores que interferem na relação destes se assentam no estigma e no preconceito, o que incorre no aumento da vulnerabilidade dos LGBTQIA, além de se perceber hostilidade por parte do enfermeiro, no tratamento de saúde dispensado a estes pacientes, com a negação dos seus direitos básicos de saúde e promovendo assim sofrimento pessoal dos mesmos.

Assim como evidenciado em momento anterior por outros autores e que foram citados nesse capítulo, Gomes M. *et al.*, (2021) constatou em sua pesquisa sobre o papel da enfermagem durante o atendimento a homens transexuais, que existe um despreparo do profissional de enfermagem que se traduz em discriminação e patologização da transexualidade. Em sintonia, a pesquisa de Silva *et al.*, (2021) também constatou fragilidades quanto ao reconhecimento dos LGBTQIA+ no campo de atuação da enfermagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão tratou sobre as condições de atendimento de enfermagem na atenção básica de saúde a pacientes LGBTQIA+ no contexto brasileiro, alcançando os seus objetivos uma vez que foi possível identificar os principais aspectos das condições de atendimento de enfermagem junto a estes pacientes, a partir da análise dos artigos que foram sintetizados para a discussão desta pesquisa, desta forma e em posse dos resultados obtidos, foi possível constatar que os principais problemas e desafios encontrados pela população LGBTQIA+ ao buscarem atendimento e acolhimento de saúde, referem-se ao preconceito, discriminação, patologização da transexualidade, estigmatização, associação do homossexualismo ao vírus HIV/AIDS e à prostituição. Desta forma, todos estes fatores potencializam a dificuldade de acesso desta população aos serviços de saúde.

No que tange às condições de atendimento de enfermagem a pacientes LGBTQIA+, pode-se constatar que existe de fato uma estigmatização por parte dos enfermeiros a este segmento, seja por falta de preparo e conhecimento das especificidades desse grupo ou ainda pelo preconceito institucionalizado de que o homossexualismo foge do padrão heterossexual, logo, é uma condição que gera a invisibilidade deste grupo.

A discriminação é um dos fatores que potencializa todos os problemas que a população LGBTQIA+, pois resulta em sequelas que atingem a integridade moral, psicológica e psíquica destas pessoas.

A falta de preparo dos enfermeiros ficou explícita, sobretudo, quando na maioria dos estudos que foram sintetizados para a discussão, encontrou-se como resultado que era comum o desrespeito do nome social e a falta de utilização deste como vocativo que deve ser utilizado para pessoas transexuais, pois percebe-se que dentro do universo dos LGBTQIA+, o trans é o que mais sofre preconceito e discriminação. Em vista disso, é necessário que haja uma conscientização por parte de todos os profissionais de saúde sobre os direitos dos homossexuais de maneira, em face da garantia da sua dignidade como ser humano. A equipe de enfermagem precisa compreender que sendo ela a porta de entrada dos serviços básicos de saúde, precisa se despir de preconceitos e estigmas, mas principalmente, reconhecendo que essa população precisa de cuidados de saúde específicos.

É preciso levar em consideração que conhecer o protocolo de atendimento não é suficiente se o mesmo não for específico, pois sabe-se que a população

LGBTQIA+, por ser uma minoria historicamente vulnerável, sobretudo devido às diversas reproduções de preconceito e discriminação, precisam ter um atendimento especializado e de acordo com as suas demandas e subjetividades. Logo, é necessário que o enfermeiro atualize os seus conhecimentos acerca das especificidades dos LGBTQIA+.

Assim, recomenda-se a continuidade deste estudo com base em outros aspectos, como por exemplo, a partir de uma análise acerca da efetividade das políticas públicas de saúde voltadas para os LGBTQIA+, afim de verificar se a execução destas políticas no plano concreto tem contribuído para que os LGBTQIA+ se desenvolvam em sociedade livre de discriminações e preconceitos.

REFERÊNCIAS

BELISÁRIO, Katia Maria; MOURA, Dione O; GUAZINA, Iziiane. (Org.). **Gênero em Pauta**: Desconstruindo Violências, Construindo Novos Caminhos. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. 243p.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, mai/ago, 2011. ISSN 1980-5756.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil [Subchefia para Assuntos Jurídicos]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 out. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento/Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde.** – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 246 p. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/13cns_M.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.836**, de 1 de dezembro de 2011. Institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Diário Oficial. 1 dez 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html>. Acesso em: 21 set. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Cartilha Cuidar Bem da Saúde de Cada Um: Atenção Integral à Saúde da População trans.** 2016. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidar_bem_saude_populacao_trans.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CAMPOS, Adana Leonel de Oliveira *et al.*; Relação Médico Paciente: os desafios na inclusão de pessoas transgêneros e transexuais no SUS. **Research, Society and Development**, v. 9, n.12, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10973/9922>>. Acesso em: 18 out. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (CRP SP). A dimensão subjetiva do ódio. **Rev Psi**, n. 194. São Paulo, nov, dez, jan-2018/19. Disponível em: <<https://www.crsp.org/uploads/impresso/847/Z5WTvjW5gBJqnXNHDP0gt0zik7tQW WK6.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2021.

SILVA, Tirza Almeida da *et al.*; Movimento lgbt, políticas públicas e saúde. **Rev. de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação** [versão on line], ano 11, v. 21, n. 1, jan/jun, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/rosys_000/Downloads/Dialnet-MovimentoLgbtPoliticasPublicasESaude-6534670.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

GOMES, Denildo de Freitas *et al.*; Desafios éticos nas relações entre enfermeiro e transexuais na Atenção Primária de Saúde. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/rosys_000/Downloads/12110-Article-161061-1-10-20210131.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

GOMES, Mariana dos Santos. Homens transexuais e o acesso aos serviços de saúde: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, 2021.

Disponível em: <file:///C:/Users/rosys_000/Downloads/12018-Article-161499-1-10-20210202%20(2).pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

MILTON RIBEIRO. **Ministro da Educação diz que gays vêm de 'famílias desajustadas' e que acesso à internet não é responsabilidade do MEC.** Brasília, 24 set. 2020. Entrevista concedida ao Jornal 'O Estado de S. Paulo'. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/24/ministro-da-educacao-diz-que-gays-vem-de-familias-desajustadas-e-que-acesso-a-internet-nao-e-responsabilidade-do-mec.ghhtml>>. Acesso em: 02 out. 2021.

HANAUER, Otto Felipe Dias; HEMMI, Ana Paula Azevedo. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 8, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/fLrnG5RSbCYVZdRsgzrvRhJ/?lang=pt>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

LOPES, Pablo de Oliveira. HIV e AIDS, passado e presente: os gays como representação social da doença. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.5, p. 50122-50134 mai 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/rosys_000/Downloads/30028-76964-1-PB.pdf>. Acesso em 02 out. 2021.

MELO, Géssika Araújo, *et al.*; Unidades Básicas de Saúde: uma análise à luz do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica. **Temas em Saúde**, v. 18, n. 1, João Pessoa, 2018. Disponível em: <<https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2018/04/18101.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2021.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!** São Paulo: Fundação Bienal (32ª. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP - oficina imaginação política. 2017.

MORAES, Talita Poliana Roveroni; PAIVA, Edison Ferreira. Enfermeiros da Atenção Primária em suporte básico de vida. **Rev. Eletrônica. Ciências Médicas**. Campinas, v. 26, n. 1, nov. 2017. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-875988>>. Acesso em: 18 out. 2021.

PELIZZA, Suzana Carla. **Integralidade, universalidade e equidade:** representações sociais de profissionais de saúde e pessoas LGBTQIA+ [Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFFS]. 2021. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4259/1/PELIZZA.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2021.

PINTO, Isabella Vitral *et al.*; Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Rev. bras. epidemiol.**, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/YV7VvNY5WYLwx4636Hq9Z5r/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 18 out. 2021.

SANTANA, Nathássia Thaynara Teixeira; VOLPATO, Luci Martins Barbatto. **O preconceito enfrentado por homossexuais privados de liberdade**. In: Seminário Integrado. p. 1-9, 2015. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/SemIntegrado/article/viewFile/4634/4396>>. Acesso em: 22 out. 2021.

SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos; RAMOS, Gabriela Cardoso Dilascio Campos; SILVA, Gabriela Lacerda Andrade da. Adoção do nome social pela população transgênera: uma análise do processo histórico da conquista do direito à isonomia de gêneros. **JURIS - Revista da Faculdade de Direito**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 241-260, 20219. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/juris/article/view/10972>>. Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, Jonatan Willian Sobral Barros da *et al.*; Políticas públicas de saúde voltadas à população LGBT e à atuação do controle social. **Espaço para a Saúde** [versão on line], v. 18, n. 1, p. 140-149, jul/2017. Disponível em: <<https://www.crp15.org.br/wp-content/uploads/2020/06/pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas-de-sa%C3%BAde.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2021.

SILVA, Livia Karoline Morais da, *et al.*; Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 03, jul/set, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300023>>. Acesso em: 19 out. 2021.

SILVA, Thales Garbo *et al.*; Vivência sobre o acesso ao serviço de saúde pública da população transexual. 2020. In: Congresso de Iniciação Científica da Unicamp [virtual], 28. 2020, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Unicamp, 2020. Disponível em: <<https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2020P17391A35206O338.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2021.

SOARES, Cassia Baldini *et al.*; Revisão Integrativa: Conceitos e Métodos Utilizados na enfermagem. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 335-345, abr. 2014.

SOARES, Juliana Pontes *et al.*; Prevalência e fatores de risco para o HIV/AIDS em populações vulneráveis: uma revisão integrativa de literatura. 2017. In: **Arquivos Catarinenses de Medicina**. Associação Médica Brasileira – AMB. Disponível em: <file:///C:/Users/rosys_000/Downloads/126-1115-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. 552 p.

ANEXO



INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO – IESF

Recredenciado pela Portaria do MEC Nº. 725, de 20 de julho de 2016,
publicado no D.O.U de 21 de julho de 2016
Renovação de Reconhecimento pela Portaria Nº 271, de 3 de abril de 2017,
publicado no D.O.U de 4 de abril de 2017

**BIBLIOTECA LEONICE CARNEIRO
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO**

Autor(es):

1. Amanda Vitória Silva Sales

CPF: 613.822.973-86 RG: 047882702013-9 Telefone (98) 99180-9410

E-mail: ammdavitoriasilva19@gmail.com

2. Maiara de Aguiar Silva

CPF: 053.530.163-43 RG: 032300522009-0 Telefone (98) 987867374

E-mail: maiaramaiaraaguiar@gmail.com

Curso: _____

Orientador(a): Malkiria Jessica Araújo Silveira

Data da Defesa/Socialização: 23/12/2021

Título/Subtítulo: Desafios encontrados pela população LGBT na busca de atendimento nas unidades básicas de saúde.

Tipo do documento: TCC de Graduação () TCC de Especialização

Formato do arquivo entregue: () Word (X) PDF

Restrição para publicação: Sem restrição () Restrição Parcial () Restrição Total

Justificativa da restrição:

Em caso de Restrição Parcial, especifique os itens restritos:

Declaro que na qualidade de titular dos direitos autorais do presente trabalho é de minha autoria e autorizo o Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), a disponibilizar gratuitamente na internet, sem ressarcimento de direitos autorais, para fins de leitura, impressão e/ou download.

Declaro ainda que estou ciente:

- Da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1988, que dispõe sobre os Direitos Autorais;
- Dos Instrumentos Legais do IESF.

Paço do Lumiar(Ma), _____ de Janeiro de 2022.

Amanda Vitória Silva Sales

Assinatura Autor

Maiara de Aguiar Silva

Assinatura Autor

CNPJ: 10.187.537/0001-86 - Av. 14, Quadra 02, Lote 18 e 19 - Maiobão - Paço do Lumiar - MA - 65.130-000
Fone: 3274-3204 E-mail: ouvidoria@iesfma.com.br
www.iesfma.com.br